

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

NIRE: 35.300.453.361

ATA DA REUNIÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 29 de abril de 2024, às 11h30, na sede social da TPL – Terminal Portuário Logístico S.A. (“Companhia”), na Rua Olimpíadas, 205, conj. 142/143, sala L, 04.551-000, São Paulo, SP.
- 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76 (“Lei das S.A.”), em virtude da presença da única acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.
- 3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sr. André Galhardo de Camargo para secretariá-lo.
- 4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Sociedade; (ii) a alteração do artigo 4º do Estatuto Social; e (iii) a consolidação e ratificação do Estatuto Social afim de refletir as deliberações acima.
- 5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, §1º e §2º da LSA e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue:

Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a redução do capital social da Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., em razão de ter se tornado excessivo ao objeto, no valor de R\$ 3.103.764,00 (três milhões, cento e três mil, setecentos e sessenta e quatro reais) passando o capital social dos atuais R\$ 41.035.773,00 (quarenta e um milhões, trinta e cinco mil, setecentos e setenta e três reais) para R\$ 37.932.009,00 (trinta e sete milhões, novecentos e trinta e dois mil e nove reais) mediante o cancelamento de 3.596.160 (três milhões, quinhentas e noventa e seis mil, cento e sessenta) com valor nominal de R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) cada. A totalidade do valor das ações ora canceladas, será restituído a sua única acionista, em moeda corrente nacional do país. Como resultado do cancelamento das ações, ora referido, o capital social da Companhia passa a ser dividido em 37.663.800 (trinta e sete milhões, seiscentas e sessenta e três mil e oitocentas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

- 5.1.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, em razão da deliberação acima, a alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 4º: O capital social é totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R\$ R\$ 37.932.009,00 (trinta e sete milhões, novecentos e trinta e dois mil e nove reais) representado por 37.663.800 (trinta e sete milhões, seiscentas e sessenta e três mil e oitocentas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.”

- 5.2.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, em razão das deliberações nos itens acima, a consolidação do Estatuto Social da Companhia que integra a presente ata como **Anexo I.**

- 6. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual após lida seus termos em voz alta, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes.

São Paulo, 29 de abril de 2024.

Mesa:

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

NIRE: 35.300.453.351

Carlo Alberto Bottarelli

Presidente

André Galharde de Camargo

Secretário/Advogado - OAB/SP: 298.190

Acionistas:

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Carlo Alberto Bottarelli

Mercúrio Participações e Investimentos S.A.

Marcos Paulo Fernandes Pereira

Roberto Solheid da Costa de Carvalho



Este documento foi assinado digitalmente por Roberto Solheid Da Costa De Carvalho, Carlo Alberto Bottarelli, Marcos Paulo Fernandes Pereira e Andre Galharde De Camargo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 24ED-18A2-37F0-1645.

Este documento foi assinado digitalmente por Roberto Solheid Da Costa De Carvalho, Carlo Alberto Bottarelli, Marcos Paulo Fernandes Pereira e Andre Galharde De Camargo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 24ED-18A2-37F0-1645.

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

NIRE: 35.300.453.361

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

NIRE: 35.300.453.361

Artigo 1º - A TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conj. 142/143, sala "I", CEP 04551-000, que se regerá por este Estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo Único - A Companhia, mediante ato de sua Diretoria, pode abrir filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território brasileiro ou no exterior.

Artigo 2º - A Companhia tem por objeto social a concepção, instalação e operação, em áreas arrendadas ou das quais seja titular do domínio útil, de terminal portuário de uso privado, nos termos da legislação vigente, bem como a exploração e prática de atividades correlatas à operação de terminal portuário, tais como, manuseio, armazenagem e estivagem de cargas próprias e/ou de terceiros, conteneurizada ou não e, ainda, a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, bem como a participação em empreendimentos comerciais e industriais, desde que relacionados com objeto principal da sociedade.

Parágrafo 1º - As atividades do objeto social poderão ser executadas e desenvolvidas isoladamente ou em conjunto com terceiros sob as modalidades e consórcios, "Joint Venture", participações, delegações ou sociedades.

Parágrafo 2º - O terminal portuário de uso privado irá operar com múltiplos perfis de cargas - carga geral e conteneurizada, graneis sólidos, graneis líquidos e gasosos - com destaque para movimentação e armazenagem de combustíveis derivados de petróleo e biocombustíveis.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá exercer as atividades de seu objeto social no país ou no exterior, seja diretamente ou através de subsidiárias, ou através de participação em consórcios ou no capital de outras sociedades.

Artigo 3º - O tempo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II - Capital e Ações

Artigo 4º - O capital social é totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor de R\$ R\$ 37.932.009,00 (trinta e sete milhões, novecentos e trinta e dois mil e nove reais) representado por 37.663.800 (trinta e sete milhões, seiscentas e sessenta e três mil e oitocentas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º - A Companhia não poderá emitir quaisquer valores mobiliários que não ações ordinárias, exceto se aprovado por acionistas representando a maioria do capital social.

Artigo 5º - A subscrição e a integralização das ações obedecerão aos seguintes critérios: a importância mínima de realização inicial das ações que forem subscritas será aquela integralização de ações com bens, que não sejam créditos em moeda corrente, dependerá.

- a) a importância mínima de realização inicial das ações que forem subscritas será aquela estabelecida em lei; e
- b) a integralização de ações com bens, que não sejam créditos em moeda corrente, dependerá de aprovação da Assembleia Geral.

Artigo 6º - Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações da Companhia na proporção da sua participação no capital social.

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

INIRE: 35.300.453.361

Parágrafo Único - O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 (trinta) dias, salvo se diferentemente deliberado na Assembleia Geral que aprovar aumento do capital social.

CAPÍTULO III - ÓRGÃOS PERMANENTES DA COMPANHIA

Artigo 7º - São órgãos permanentes da Companhia:

- a) a Assembleia Geral; e
- b) a Diretoria.

CAPÍTULO IV - ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 8º - A Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, nos 04 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao término de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente ou na forma da lei e presidida pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 2º - O Diretor Presidente ao exercer a presidência da mesa designará o Secretário, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo 3º - A convocação para a Assembleia Geral se fará pela imprensa, observadas as disposições legais. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Artigo 9º - O acionista poderá fazer representar-se por procurador, respeitadas as disposições da lei.

Artigo 10º - Compete à Assembleia Geral, além do quanto previsto na lei das S.A., deliberar sobre:

- a) abertura de capital da Companhia;
- b) início ou término de dissolução, falência, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de qualquer sociedade controlada;
- c) fusão, transformação, cisão ou incorporação (inclusive de ações) da Companhia, incorporação (inclusive de ações) pela Companhia ou qualquer reorganização societária com efeito equivalente envolvendo a Companhia;
- d) participação da Companhia em grupos de sociedades, conforme artigo 265 da Lei das S.A.;
- e) emissão de debêntures conversíveis em ações, ações preferenciais ou de quaisquer outros títulos conversíveis em ações da Companhia,
- e) decidir sobre qualquer contrato ou transação entre a Companhia ou qualquer de suas sociedades investidas, de um lado, e, de outro, seu acionista controlador, qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada por, esteja sob controle comum ou esteja sob influência significativa do acionista controlador, ou qualquer administrador, membro do Conselho de Administração, diretores ou parentes até 2º (segundo) grau do acionista controlador ou de qualquer das pessoas referidas nesta alínea "f)", desde que tal contrato ou transação envolva valor superior, de forma isolada ou agregada, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza e realizados num mesmo exercício social, ou no período de 12 meses, entre as mesmas partes).

Parágrafo Único - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, no presente Estatuto Social e em eventuais acordos de acionistas, serão tomadas por maioria simples de votos.

CAPÍTULO V - DIRETORIA

Artigo 11º - A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 04 (quatro) membros eleitos, reeleitos e destituídos pela Assembleia Geral, sendo um destes designado Diretor Presidente.

Artigo 12º - O mandato da Diretoria será de até 02 (dois) anos, permitida a reeleição.

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

NIRE: 35.300.453.361

Parágrafo 1º - Os Diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria.

Parágrafo 2º - Os Diretores permanecerão em seus cargos, no exercício pleno de seus poderes, até a posse de seus substitutos.

Artigo 13º - Nas ausências e impedimentos de qualquer dos Diretores, caberá ao Diretor Presidente a indicação de seu substituto, entre os demais Diretores.

Parágrafo Único - O Diretor Presidente poderá indicar, dentre os demais Diretores, seu substituto temporário em caso de ausências temporárias e impedimentos.

Artigo 14º - Ocorrendo vacância no cargo de Diretor, caberá à Assembleia Geral eleger o substituto que exercerá o cargo pelo período remanescente do mandato.

Artigo 15º - Compete à Diretoria:

- a) a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia, exceto os que, por lei ou por este Estatuto, sejam atribuição de outros órgãos; e
- b) elaborar o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação de resultado do exercício, a serem submetidas à Assembleia Geral.

Artigo 16º - Compete ao Diretor Presidente:

- a) propor à Assembleia Geral a macroestrutura organizacional da Companhia;
- b) definir o âmbito de responsabilidade e coordenar a atuação dos Diretores na execução do representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, sem prejuízo do disposto no Artigo 18 deste Estatuto;
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e
- d) distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixada em Assembleia, se for o caso.

Artigo 17º - É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por 02 (dois) membros da Diretoria.

Parágrafo Único - As procurações deverão conter poderes específicos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

Artigo 18º - Com as exceções constantes neste Estatuto, a Companhia só será obrigada pela assinatura conjunta de:

- a) 02 (dois) Diretores; ou
- b) 01 (um) Diretor e 01 (um) Procurador ou 02 (dois) Procuradores com poderes específicos conferidos na forma do Artigo 17 deste Estatuto.

Parágrafo 1º - Poderão ser assinados apenas por 01 (um) Diretor, ou por 01 (um) dos Procuradores nomeados na forma deste Estatuto Social, os seguintes atos:

- a) endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito bancário na conta da Companhia;
- b) autorização para movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- c) registro e emissão de documentos relacionados a assuntos trabalhistas, fiscais e alfandegários; e
- d) recebimento de quaisquer importâncias devidas, assinando os recibos e dando quitação.

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

NIRE: 35.300.453.361

Parágrafo 2º - Em casos especiais poderão ser outorgados a 1 (um) só Diretor ou Procurados, poderes expressos para a prática de atos especificados nos respectivos instrumentos, respeitada a regra do Artigo 17 deste Estatuto.

Artigo 19º - A Diretoria se reunirá quando convocada pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Único - A Diretoria poderá reunir-se com a presença de, no mínimo, a metade dos seus membros em exercício, sendo um deles o Diretor Presidente ou seu substituto, na forma do Artigo 13, parágrafo único do presente instrumento.

Artigo 20º - É vedado à Diretoria:

- a) contrair empréstimos em instituições que não sejam bancos que integrem a rede bancária oficial ou privada, no país ou no exterior, salvo mediante autorização expressa da Assembleia Geral; e
- b) a prática de atos de qualquer natureza relativa a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como a prestação de garantias a obrigações de terceiros, exceto se autorizado expressamente pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI - CONSELHO FISCAL

Artigo 21º - O Conselho Fiscal, composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, funcionará de forma não permanente, na forma da lei.

Artigo 22º - O mandato do Conselho Fiscal será de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição deverá acontecer sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal deverá adotar um Regimento próprio no qual serão estabelecidos procedimentos sobre suas atribuições.

Artigo 23º - Os membros do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhe for estabelecida pela Assembleia que os eger, observado, a respeito, o que dispuser a lei.

CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 24º - O exercício social se inicia em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 25º - Ao fim de cada exercício social, será levantado o balanço patrimonial e preparadas as demais demonstrações financeiras exigidas por lei.

Parágrafo 1º - Do resultado do exercício, após as deduções dos prejuízos acumulados e das provisões para o Imposto de Renda, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações dos Administradores e Empregados da Companhia, se e quando deliberado pela Assembleia Geral, nos limites e formas previstos em lei.

Parágrafo 2º - Do lucro líquido do exercício, aplicar-se-ão 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 193 da Lei das S.A.

Parágrafo 3º - Do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202, inciso I, alínea "a", da Lei das S.A., destinar-se-ão:

- (i) Aos acionistas um dividendo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento); e
- (ii) À Reserva de Realização de Investimentos um percentual necessário para cumprir com o previsto no plano de negócios e no orçamento anual vigentes; e
- (iii) O valor remanescente, após a destinação prevista em (i) e (ii) acima e a destinação da Reserva Legal, aos acionistas, como dividendo, observadas as disposições de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

NIRE: 35.300.453.361

Parágrafo 4º - Fica facultado à Companhia o levantamento de balanços trimestrais e/ou semestrais; havendo lucro em tais balanços e no balanço anual, poderá haver distribuição de dividendos, observadas as disposições da lei, por deliberação da Assembleia Geral, vedada a distribuição "d-referendum" pela Diretoria.

Parágrafo 5º - A Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 6º - A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá pagar juros sobre o capital próprio aos seus acionistas, nos termos do artigo 9º parágrafo 7º da Lei nº 9.249/95 e legislação pertinente, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VIII - ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 27º - A Companhia observará possíveis e eventuais acordos de acionistas que sejam arquivados em sua sede, na forma do Artigo 118 da Lei das S.A., sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora (incluindo o presidente) ou da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer acionista signatário de acordo de acionistas, devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo.

Parágrafo Único - As obrigações e responsabilidades resultantes de eventuais acordos serão válidas e obrigarão terceiros tão logo tais acordos tenham sido devidamente averbados nos livros de registro da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o Presidente da Assembleia Geral, conforme o caso, deverá agir de acordo com o estabelecido em lei.

CAPÍTULO IX - ARBITRAGEM

Artigo 28º - Com exceção das controvérsias referentes a obrigações que comportem, desde logo, medida judicial, todas as demais controvérsias resultantes deste Estatuto Social e suas disposições, da Lei das S.A. e demais normas aplicáveis à companhia, envolvendo a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, incluindo quaisquer questões relacionadas à existência, validade, eficácia ou adimplemento contratual deverão ser, obrigatória, exclusiva e definitivamente, submetidas à arbitragem a ser administrada pela Câmara de Comércio Internacional - CCI ("Câmara de Arbitragem"), de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem ("Regulamento de Arbitragem"), exceto pelos prazos, que serão contados em triplo.

Artigo 29º - O tribunal arbitral ("Tribunal Arbitral") será constituído por 03 (três) árbitros, sendo 01 (um) deles indicado pela (s) requerente(s), outro indicado pela(s) requerida (s) e o terceiro, que será o presidente do Tribunal Arbitral, indicado pelos 02 (dois) árbitros nomeados pelas partes. Caso estes não cheguem a um consenso quanto ao terceiro árbitro, caberá ao Presidente da Câmara de Arbitragem nomeá-lo. O presidente do Tribunal Arbitral pode ou não ser membro do corpo de árbitros da Câmara de Arbitragem.

Artigo 30º - Na hipótese de litisconsórcio, as partes litisconsortes deverão, de comum acordo, indicar um árbitro para compor o Tribunal Arbitral, mantendo-se a indicação dos outros dois árbitros em conformidade com o artigo 29 supra. Na hipótese de os litisconsortes não entrarem em acordo com relação à indicação do árbitro que deve ser por eles indicado no prazo de 15 (quinze) dias a partir da notificação da Câmara de Arbitragem solicitando a nomeação do árbitro pelos litisconsortes, caberá ao Presidente da Câmara de Arbitragem nomeá-lo, na forma do Regulamento de Arbitragem, mantendo-se a indicação dos outros dois árbitros em conformidade com o artigo 29 e o presente artigo 30. Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo três ou mais partes com interesses distintos entre si, em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, tornando inviável a formação de litisconsórcio, os 03 (três) árbitros serão selecionados e indicados pelo Presidente da Câmara de Arbitragem, na forma do Regulamento de Arbitragem.

Artigo 31º - Além dos impedimentos previstos no Regulamento de Arbitragem, nenhum árbitro designado de acordo com esta cláusula compromissória poderá ser funcionário, representante ou ex-funcionário de qualquer das partes ou de qualquer pessoa a ela ligada

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

NIRE: 35.300.453.361

direta ou indiretamente, ou de proprietário de uma das partes ou de alguma pessoa a ele ligada direta ou indiretamente.

Artigo 32º - A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Artigo 33º - O idioma oficial para todos os atos da arbitragem ora convencionada será o português, sendo aplicáveis as leis da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para resolução de controvérsias a ele submetidas.

Artigo 34º - As partes declaram ter tomado conhecimento do Regulamento de Arbitragem, tendo concordado com todas as disposições ali contidas. O Regulamento de Arbitragem, conforme vigente nesta data, e as disposições da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996, conforme alterada ("Lei de Arbitragem"), integram este Estatuto Social no que lhe for aplicável.

Artigo 35º - O procedimento arbitral prosseguirá à revelia de qualquer das partes, nos termos previstos no Regulamento de Arbitragem.

Artigo 36º - Sem prejuízo da validade desta cláusula compromissória, as Partes elegem, com a exclusão de quaisquer outros, o foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, Brasil, quando e se necessário, para fins exclusivos de:

- (a) execução de obrigações que comportem, desde logo, execução judicial; (b) obtenção de medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios de natureza preventiva, provisória ou permanente, como garantia ao procedimento arbitral antes da constituição do Tribunal Arbitral, sendo certo que após a sua constituição, caberá aos árbitros manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário; ou (c) obtenção de medidas de caráter mandamental e de execução específica.
- (b) sendo certo que, atingida a providência mandamental ou de execução específica perseguida, restituir-se-á ao Tribunal Arbitral a ser constituído a plena e exclusiva competência para decidir acerca de toda e qualquer questão que tenha dado ensejo ao pleito mandamental ou de execução específica, podendo manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário. O ajuizamento de qualquer medida nos termos previstos neste Artigo não importa em renúncia à cláusula compromissória ou aos limites da jurisdição do Tribunal Arbitral.

Artigo 37º - Antes da constituição do Tribunal Arbitral, o Presidente da Câmara de Arbitragem poderá consolidar procedimentos arbitrais que tenham causa de pedir ou objeto comuns, nos termos do Regulamento de Arbitragem. Após a sua constituição, o Tribunal Arbitral fica desde já autorizado a decidir sobre questões que se relacionem com este Estatuto Social, mas cujas obrigações constem de outros instrumentos, podendo, conforme o caso, proceder à consolidação de procedimentos de arbitragem que tenham sido instaurados posteriormente com fundamento nesses instrumentos. A competência para reunião de procedimentos caberá ao Tribunal Arbitral que for constituído primeiramente, o qual deverá, no decidir sobre a conveniência da consolidação, levar em consideração que: (i) a nova disputa possua questões de fato ou de direito em comum com a disputa pendente; (ii) nenhuma das partes da nova disputa ou da disputa pendente sejam prejudicadas; e (iii) a consolidação na circunstância não resulte em atrasos injustificados para a disputa pendente. Qualquer determinação de consolidação será vinculante às partes envolvidas nos procedimentos em questão.

Artigo 38º - As Partes concordam que a arbitragem deverá ser mantida em confidencialidade e seus elementos (incluindo-se, sem limitação, as alegações das partes, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral) somente serão revelados ao Tribunal Arbitral, às partes, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por Lei ou por qualquer autoridade reguladora, bem como para eventuais medidas judiciais nos termos da Lei de Arbitragem, execução do laudo arbitral, medidas coercitivas ou procedimento cautelar.

CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

TPL - TERMINAL PORTUÁRIO LOGÍSTICO S.A.

CNPJ: 18.237.387/0001-60

NIRE: 35.300.453.361

Artigo 39º - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução extrajudicial da Companhia, compete à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal para funcionar durante a fase de liquidação.

Artigo 40º - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A.

Declaramos que o presente Estatuto Social contém as alterações deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do TPL -Terminal Portuário Logístico S.A. realizada em 28 de abril de 2023, às 9h00.

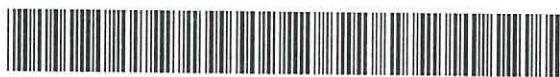
Carlo Alberto Bottarelli
Presidente

André Galhardo de Camargo
Secretário

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/24ED-18A2-37F0-1645> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 24ED-18A2-37F0-1645



Hash do Documento

F5E29CA913F8CF779B4C6F06380860E734E9A0C96A7C311BC366619DD1BEA002

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/05/2024 é(são) :

- Roberto Solheid da Costa de Carvalho - 034.437.819-50 em
06/05/2024 10:31 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Carlo Alberto Bottarelli - 185.211.779-68 em 06/05/2024 08:13
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Marcos Paulo Fernandes Pereira - 213.793.938-09 em
05/05/2024 22:17 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Andre Galhardo De Camargo - 360.727.838-56 em 03/05/2024
11:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital





CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
18.237.387/0001-60	TPL - TERMINAL PORTUARIO LOGISTICO S.A.	03/05/2024 23:54:36	2B34FF329E138F3C8F58633AF497FEC6EDEA4853

Ata de Assembleia Geral Extraordinária (Ata AGE)

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
29/04/2024	-	-	Participante-Upload

Título
Assembleia Geral Extraordinária

Descrição
Redução do Capital Social

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição
----------------------	---------------	------------------

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
TPI TRIUNFO PARTICIPACOES E INVESTIMENTOS S.A.:03014553000191	03.014.553/0001-91	03/05/2024 23:54:36	Procurador	Certificado Digital